



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

23/01/2018 ATÉ 23/01/2018

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	2
	2.2 SITE SINDJUS.....	3
3	ORÇAMENTO	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
4	OUVIDORIA	
	4.1 SITE O PROGRESSO.....	5
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG DO MINARD.....	6
	5.2 BLOG NETO CRUZ.....	7
	5.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
	5.4 SITE MARANHÃO HOJE.....	9
	5.5 SITE O MARANHENSE.....	10
6	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	6.1 SITE CNJ.....	11

Presidente do TJMA participa da 1ª sessão do ano da 3ª Câmara Criminal

23/01/2018 11:30:48

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos atuava como presidente da 3ª Câmara Criminal

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, participou, nesta segunda-feira (22), da primeira sessão do ano da 3ª Câmara Criminal Isolada, em julgamento de processo de sua relatoria. Antes de assumir a presidência da Corte estadual de Justiça, o desembargador atuava como presidente do mencionado órgão colegiado.

A partir desta segunda-feira (22), 3ª Câmara Criminal Isolada passou a ter como presidente o desembargador Froz Sobrinho. A mudança na Presidência dos órgãos colegiados segue em sistema de rodízio pelo desembargador mais antigo na Câmara, pelo período de um ano, de acordo com o artigo 15 do Regimento Interno.

Ao presidir a Câmara, não há prejuízo de officiar como relator, revisor ou vogal. Cabe a ele, ainda, convocar sessões extraordinárias, sem prejuízo dessa convocação pela Presidência do Tribunal; proclamar o resultado dos julgamentos; e exercer o poder de polícia durante as sessões. O presidente da Câmara, quando necessário, será substituído pelo desembargador mais antigo e que seja membro da câmara.

As sessões da Câmara ocorrem sempre às segundas-feiras, a partir das 9h, na Sala das Sessões Criminais, no 1º andar do prédio-sede do TJMA, na Praça Pedro II.

TJ-MA: desembargadora Ângela Salazar foi quem mais produziu em 2017

O ano de 2017 encerrou para o Tribunal de Justiça do Maranhão mostrando que a desembargadora Ângela Salazar chegou em primeiro lugar no tocante à produção em decisões colegiadas e monocráticas, no geral. Conforme a produtividade de cada desembargador, ela obteve 1.885. ficando em segundo lugar o desembargador Ribamar Castro com 1.851 e em terceiro o desembargador Raimundo Barro com 1.842.

Othelino Neto recebe presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

NETO CRUZ 23 DE JANEIRO DE 2018 COMENTE! SEM CATEGORIA

Othelino Neto recebe presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (19), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O desembargador veio retribuir a visita de cortesia do parlamentar, na semana passada, no TJMA.

“Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, na semana passada, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os poderes”, disse o presidente do TJMA.

O deputado Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. “Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação sempre harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário”, concluiu.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá concluir em março o treinamento a juízes e servidores de todos os Tribunais de Justiça (TJs) do País para operar o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0), também chamado de Cadastro Nacional de Presos.

A plataforma digital do Poder Judiciário, organizada pelo CNJ, reunirá em um só cadastro os dados sobre a população carcerária brasileira.

O treinamento, coordenado pelo supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), conselheiro Márcio Schiefler, está sendo realizado pelos juízes auxiliares da Presidência do CNJ Maria de Fátima Alves e Marcelo Mesquita.

Até agora, sete estados já receberam a capacitação e começaram a fazer a inserção de dados no sistema - Paraná, Roraima, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Goiás.

Os próximos tribunais a receberem o treinamento, que dura cerca de três dias, serão dos Estados do Rio Grande do Norte e Amapá.

“A capacitação tem por objetivo fazer com que os tribunais possam aderir ao Cadastro Nacional de Presos de forma eficaz e célere”, diz o secretário-geral do CNJ, juiz Júlio Andrade.

Mais segurança e eficiência

A expectativa do CNJ é concluir a alimentação de informações do banco de dados, com a adesão de todos os Tribunais de Justiça, até maio próximo. O Cadastro vai trazer mais segurança à sociedade e eficiência para o Judiciário, já que todas as informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas em estados diversos estarão, agora, integradas.

No cadastro de pessoas privadas de liberdade constarão, por exemplo, nome, idade, escolaridade e motivo da prisão.

Dados pessoais dos presos - futuramente até biométricos - também poderão ser acessados pelas autoridades da Justiça e da segurança pública em todo o País.

Luiza Fariello
Agência CNJ de Notícias

Novos valores no TJMA

Já estão em vigor os novos valores referentes a custas e emolumentos para o ano de 2018. A atualização monetária das tabelas foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em documento que atualiza em 1,944% os valores previstos nas tabelas anexas à Lei Estadual nº 9.109/ 2009. O limite geral máximo das custas e emolumentos, previsto no artigo 37, fica estabelecido em R\$ 10.441,20. Fica ainda acrescido, aos emolumentos, o percentual de 3%, previsto na Lei Complementar Estadual nº 130/2009, inclusive sobre o limite geral, previsto no artigo 2º da Resolução nº 77/2016.

Presidente do TJMA elogia produtividade dos magistrados

23/01/2018

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos destaca produtividade em 2017 e diz que magistrados maranhenses dão provas de comprometimento profissional

Presidente do TJMA José Joaquim: Uma Justiça mais célere, acessível e eficiente

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, elogiou ontem o desempenho dos magistrados maranhenses, que alcançaram índices significativos de produtividade no exercício de suas funções, em 2017, totalizando 351.532 acórdãos/sentenças; 324.855 decisões; 902.580 despachos, perfazendo 1.578.967 procedimentos decisórios.

“Eu, como juiz de carreira, sei das dificuldades que os nossos magistrados enfrentam e reconheço o empenho dos mesmos na entrega da prestação jurisdicional. Diariamente eles vêm dando provas de comprometimento profissional, levando o Poder Judiciário do Maranhão a ocupar posição de destaque no cenário nacional, como mostra a pesquisa 'Justiça em Números', desenvolvida pelo Egrégio Conselho Nacional de Justiça”, ressaltou.

O presidente do TJMA enfatizou ainda que o Poder Judiciário do Maranhão tem um corpo de juízes formidável, cumprindo, de forma louvável, suas atribuições constitucionais.

“Tratando-se de qualidade da prestação jurisdicional, somos um dos estados mais avançados no país, graças ao esforço hercúleo dos nossos magistrados, que buscam diuturnamente garantir um Judiciário mais célere e seguro”.

O desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos disse também que os magistrados maranhenses são vocacionados para o exercício da função jurisdicional. “Essa característica tem influenciado sobremaneira na nossa luta pela concretização de uma Justiça mais célere, acessível e eficiente no nosso Estado”, concluiu.

O detalhamento do quantitativo de despachos, decisões e julgados aponta que na Justiça de 1º Grau foram registradas 331.258 sentenças; 305.371 decisões; 836.970 despachos, totalizando 1.473.599 procedimentos. Na Justiça de 2º Grau foram 20.274 acórdãos; 19.484 decisões; 65.610 despachos, chegando ao total de 105.368 procedimentos.

Presidente do TJ retribui visita de cortesia de Othelino Neto

por Aquiles Emir - 22 de janeiro de 2018015

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nesta sexta-feira (19), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O desembargador veio retribuir a visita de cortesia do parlamentar, na semana passada, no TJMA.

“Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, na semana passada, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os poderes”, disse o presidente do TJMA.

O deputado Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. “Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação sempre harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário”, concluiu.

INSTITUCIONAL | TJMA abre Ano Judiciário em sessão especial da Corte nesta quarta (24)

O Poder Judiciário do Maranhão realiza, nesta quarta-feira (24), às 9h, a abertura do Ano Judiciário de 2018, em sessão especial conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Autoridades, chefes de Poderes, profissionais das diversas carreiras jurídicas - advogados, membros do Ministério Público, procuradores, defensores públicos - participarão da solenidade.

"A sessão especial de abertura do Ano Judiciário é repleta de simbologia. Em rigor, ela não marca efetivamente o início ou o reinício dos trabalhos desta Corte de Justiça, na medida em que, como bem sabem todos os que atuam ou precisam do Poder Judiciário, os serviços forenses jamais são suspensos, uma vez que a Justiça trabalha de forma ininterrupta", explica o presidente do TJMA.

De acordo com o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, a abertura do Ano Judiciário "é a autêntica renovação do juramento de bem servir de Justiça a todos aqueles que procuram o Poder Judiciário do Maranhão".

A cerimônia será transmitida, ao vivo, pela Rádio Web Justiça do Maranhão, que pode ser acessada por desktop, tablet ou celular, por meio dos sites.

No www.tjma.jus.br, basta clicar no banner da rádio. Nos sites www.radios.com.br e www.tunein.com, a conexão se dá por meio de busca com os termos "Rádio Web Justiça do Maranhão" ou "Rádio Justiça do Maranhão".

No smartphone, há também a opção de acesso direto pelo site oficial do TJMA ou pelos aplicativos Tunein ou Radiosnet.

No sistema multimídia ou aparelho de som compatível do carro, basta parear o sinal do celular por meio de bluetooth com o equipamento do veículo e selecionar a opção bluetooth no "source", no qual ficam também as faixas AM e FM.

Numa Smart TV conectada à internet, o acesso pode ser feito pelo aplicativo TuneIn ou acessando os sites pelo navegador instalado no aparelho de TV.

VISITA | Presidente do TJMA é recebido pelo deputado Othelino Neto na Assembleia Legislativa

22 DE JANEIRO DE 2018 16:57

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, esteve com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto, nesta sexta-feira (19), retribuindo a visita de cortesia do parlamentar, neste mês, no TJMA.

“Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os poderes”, disse o presidente do TJ.

O deputado Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. “Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação sempre harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário”, concluiu o deputado.

Ouvidor do TJMA diz que contato presencial e diálogo com a população são fundamentais

Desembargador José Luiz Almeida intensificará o contato com o jurisdicionado na Ouvidoria

Recém-empossado para atuar como ouvidor-geral do Poder Judiciário do Maranhão no biênio 2018/2019, o desembargador José Luiz Almeida comprometeu-se a dar continuidade aos projetos iniciados em gestões anteriores, dentre eles o "Fale com o Ouvidor".

O programa visa aproximar a população do Judiciário, conferindo prestígio às demandas apresentadas pelos cidadãos. O projeto consiste no ato de o ouvidor dispensar um tempo de sua rotina de trabalho para que ele próprio faça o atendimento da demanda recebida, havendo deste modo um contato direto, sem intermediários, entre o jurisdicionado e o ouvidor.

"Estarei à disposição dos cidadãos, todas as terças pela manhã, na Ouvidoria, para responder aos seus questionamentos da melhor forma possível. Nós, ouvidores, somos uma espécie de mediadores entre a população e o serviço público que prestamos. E para alcançarmos êxito em nossa missão, o contato (presencial) e o diálogo são fundamentais para juntos, buscarmos uma solução para as questões apresentadas", pontuou o desembargador José Luiz Almeida, que também é presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA.

O "Fale com o Ouvidor" foi criado no ano de 2015, durante a gestão do desembargador Paulo Velten Pereira à frente da Ouvidoria. Inicialmente, o contato entre o cidadão e o ouvidor era realizado por meio do Telejudiciário (0800-7071581), o call center da Ouvidoria.

No biênio 2016/2017, sob o comando do desembargador Ricardo Duailibe, o contato entre o ouvidor e os manifestantes, que ocorria todas as terças, passou a acontecer de maneira presencial, na sede do órgão.

Agendamento - Os usuários da Justiça poderão agendar um encontro com o ouvidor por meio dos telefones (98) 3194-5849 / 3194-5851 ou presencialmente, na sede da Ouvidoria (piso térreo do Fórum Desembargador Sarney Costa, Av. Professor Carlos Cunha, Calhau), cuja equipe realizará triagem das demandas a serem apresentadas, todas as terças-feiras pela manhã.

Ouvidoria - A Ouvidoria é a unidade do Tribunal de Justiça do Maranhão que serve de canal de comunicação permanente e direta com a sociedade. É por meio dela que são recebidas as manifestações dos usuários dos serviços prestados pelo Poder Judiciário maranhense: sugestões, reclamações, pedidos de informação institucional, denúncias, críticas, dúvidas e elogios. Também atua para o atendimento interno dos agentes integrantes da estrutura organizacional.

(Asscom TJMA)

Vagas no TJMA: CNJ defere parcialmente pedido do Sindjus-MA

22/01/2018 | 18:51

Conselho Nacional de Justiça Conselho Nacional de Justiça

Em resposta ao Procedimento de Controle Administrativo (PCA) proposto no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo Sindjus-MA para cobrar o cumprimento do que estabelece a Resolução 184/2013, do próprio CNJ, o conselheiro relator Valtércio de Oliveira decidiu que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) não pode mais enviar projetos de lei para a criação de novas vagas para magistrados e/ou servidores a votação na Assembleia Legislativa do Maranhão sem antes submeter cópia do projeto para avaliação técnica do CNJ. Conforme a decisão, que data do dia 18 de janeiro, a Administração do TJMA, daqui por diante, deve cumprir o que está disposto na Resolução nº 184/2013 “sob pena de cometimento de infração disciplinar de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e do Código de Ética da Magistratura”.

O PCA (Nº 0008721-72.2017.2.00.0000) é relativo ao Projeto de Lei Complementar (PL nº 017/2017) para a criação de três novas vagas para desembargadores do TJMA, o qual foi aprovado em regime de urgência na Assembleia Legislativa no dia 7 de novembro do ano passado. Cada novo desembargador, evidentemente, terá seu próprio gabinete, portanto o Projeto de Lei também previa a criação de mais 33 cargos comissionados, 11 para cada gabinete. O impacto financeiro é da ordem de R\$ 970 mil/mês a partir de dezembro passado. A estimativa não leva em conta despesas com a instalação da estrutura, como adaptações físicas, mobiliário, cadeiras, armários, veículos, equipamentos de informática, etc.

A Resolução 184/2013 do CNJ dispõe justamente sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário em todo o país. Um desses critérios está expresso no parágrafo 3º do artigo 1º da referida resolução, que determina que “os Tribunais de Justiça dos Estados devem encaminhar cópia dos anteprojetos de lei referidos no caput ao CNJ, que, se entender necessário, elaborará nota técnica, nos termos do artigo 103 do Regimento Interno”.

No PCA, o Sindjus-MA postulou pela intervenção do CNJ para que este suspendesse liminarmente os efeitos da decisão do TJMA que aprovou o anteprojeto de criação dos cargos e, no mérito, que declarasse o descumprimento do §3º, do art. 1º da Resolução nº 184/2013 do CNJ, para determinar a anulação do ato administrativo que deu origem ao PL 017/2017. A intenção do Sindicato com essa medida era possibilitar a prévia análise técnica do projeto pelo CNJ para que este se manifestasse sobre a conveniência e necessidade da criação de novos cargos no Tribunal do Maranhão. Contudo, o PL 017/2017 foi apreciado pela Assembleia Legislativa e, posteriormente, sancionado pelo governador Flávio Dino antes que o CNJ tivesse decisão sobre o PCA.

Com a Lei em vigor, a decisão do CNJ foi pelo arquivamento do PCA, tendo em vista que compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e não o controle de leis e de atos normativos em abstrato.

No PCA, o Sindjus-MA também postulou que o CNJ remetesse a questão ao Ministério Público do Maranhão e ao Tribunal de Contas do Estado para que fossem tomadas outras providências. Mas o conselheiro Valtércio de

Oliveira arquivou o PCA sem manifestar-se sobre este pedido específico.

Apesar disso, a direção do Sindicato não vai levar o processo adiante, tendo em vista que o conselheiro atendeu parcialmente o Sindjus-MA ao determinar “que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão doravante atenda ao disposto no § 3º do art. 1º de Resolução nº 184 do Conselho Nacional de Justiça, sob pena de cometimento de infração disciplinar de acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e do Código de Ética da Magistratura”.

“A nossa missão está cumprida. O nosso intento foi resguardar o devido processo legal e o interesse público. Queremos apenas que as diretrizes do CNJ sejam observadas pela Administração do TJMA. De nossa parte o assunto está encerrado”, afirmou o presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins.